

— Relatório de análise dos comentários e sugestões apresentados em sede de consulta pública do projeto de documento complementar ao RTR para definição das contas reguladas reais.

—

Consulta pública n.º 01/2017

Março de 2017

Índice

1. Enquadramento	3
2. Identificação dos contributos recebidos.....	3
3. Apreciação dos comentários genéricos ou não relacionados diretamente com a redação dos projetos em discussão	4
a) Excesso de informação requerida.....	4
b) Excesso de documentos complementares.....	5
c) Evitar correções sucessivas dos ficheiros de suporte.....	5
d) Introdução de variáveis novas	6
e) Repercussão dos ajustamentos na BAR	6
f) Esclarecimento de termos utilizados no documento complementar	7
4. Apreciação dos comentários específicos sobre o projeto de Documento Complementar ao RTR para definição das contas reguladas reais	7
a) N.º 3 do artigo 4.º (Conteúdo e modelo do reporte de contas reais e movimentos de reconciliação entre contas)	7
b) N.º 1 do artigo 5.º (Ajustamentos aos proveitos permitidos prazo para reporte de contas)8	
c) N.º 2 do artigo 5.º (Ajustamentos aos proveitos permitidos prazo para reporte de contas)8	
d) Anexo I (Modelo de reporte de informação para efeitos da apresentação das contas reais e movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas)	12
e) Correção de fórmulas e apresentação do ficheiro <i>excel</i> representativo do Anexo I.....	13
f) Anexo II (Modelo de relatório de conclusões factuais sobre as contas reguladas e os movimentos de reconciliação face às contas estatutárias)	17
5. Conclusões	17

1. Enquadramento

O Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (RTR), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, estabelece, entre outras, as regras para a definição dos proveitos permitidos para as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal.

O artigo 85.º do RTR prevê a definição, através de documento complementar, das regras relativas ao reporte das contas reais pelas entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal. Neste quadro a ERSAR elaborou um projeto de documento complementar definindo o modelo das contas reais reguladas.

Nos termos do artigo 12.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 37.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, o projeto foi submetido a consulta pública e à audição do Conselho Tarifário.

2. Identificação dos contributos recebidos

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foi concedido um período de consulta pública sobre o projeto do Documento Complementar do RTR, que decorreu entre 4 de janeiro e 15 de fevereiro de 2017, tendo sido recebidos comentários das seguintes entidades:

- Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO;
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE);
- Empresa Geral de Fomento (EGF) e as entidades ALGAR, AMARSUL, ERSUC, RESIESTRELA, RESINORTE, RESULIMA, SULDOURO, VALNOR, VALORLIS, VALORMINHO, VALORSUL (no texto indicadas apenas como EGF);
- Município de Alenquer;
- União Geral de Consumidores.

Simultaneamente, e em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 37.º dos Estatutos da ERSAR, foi promovida a audição do Conselho Tarifário. Na sequência da reunião tida a 19 de janeiro de 2017, este órgão consultivo da ERSAR emitiu o seu parecer na mesma data.

Conforme resulta deste documento, nenhum dos Conselheiros manifestou uma oposição de princípio aos projetos apresentados pela ERSAR. Sem prejuízo, alguns conselheiros formularam observações, as quais ficaram refletidas no referido parecer e serão, por esse motivo, objeto de análise no presente relatório.

3. Apreciação dos comentários genéricos ou não relacionados diretamente com a redação dos projetos em discussão

a) Excesso de informação requerida

A AdP questionou a ERSAR sobre a mais-valia da informação solicitada para a definição da tarifa do utilizador, tendo presente que as entidades gestoras não dispõem de informação com o grau de especificidade imposto pela ERSAR.

Por seu turno a EGF expressou a opinião de que, sendo compreensível que o regulamento tarifário dos resíduos, por ser o primeiro do setor, suscite dúvidas de aplicação, o presente documento complementar é excessivo e demasiado complexo, dando como exemplo as dívidas e imparidades cliente a cliente, referindo que seria mais fácil se fosse solicitada cópia da conta relativa a esta rubrica.

Análise da ERSAR

A ERSAR considera que os diversos momentos programados para entrega de informação devem permitir o reporte e recolha dos elementos necessários para as várias fases do ciclo de regulação plurianual. Desta forma considera-se que a informação solicitada não é excessiva face às necessidades identificadas. Por outro lado, quanto à falta de informação com o grau de especificidade agora exigido, relembra-se que numa altura de transição entre regimes regulatórios há necessidade de alteração de comportamento e adequação às novas realidades.

b) Excesso de documentos complementares

A ANMP manifestou o entendimento de que não deveriam existir vários documentos complementares avulsos, mas sim estar tudo concentrado no regulamento tarifário, o que facilitaria o seu conhecimento e interpretação.

Análise da ERSAR

O regulamento tarifário estabelece as regras gerais para a definição das tarifas do serviço de gestão de resíduos urbanos. Os diversos documentos complementares complementam e esclarecem essas regras sendo produzidos quando se verificam necessidades específicas. Desta forma, considera-se que, embora uma vez produzidos possam vir a ser incorporados em versões futuras do regulamento, a sua preparação e publicação é independentemente, também em termos temporais, do regulamento.

c) Evitar correções sucessivas dos ficheiros de suporte

A EGF sugeriu à ERSAR uma nova verificação do Excel, para evitar sucessivas correções aos ficheiros de suporte e que os vários documentos complementares passem a ser numerados, de modo a facilitar a sua identificação.

Análise da ERSAR

Concordando com a premissa de que o ficheiro de cálculo deve ser testado e não conter, tanto quanto possível, erros que dificultem o correto preenchimento e compreensão, note-se que o documento complementar em apreço define os mapas de reporte, sendo o ficheiro um elemento facilitador da operacionalização anual do reporte, pelo que eventuais erros podem sempre ser corrigidos de forma a melhorar o funcionamento do ficheiro, sem, contudo, alterar o desenho dos mapas e o resultado pretendido.

Quanto à possibilidade de numeração dos documentos complementares, até ao momento não se tinha verificado necessário, dado só existir um. Sendo este o segundo, compreende-se e aceita-se a sugestão.

d) Introdução de variáveis novas

A EGF considera que no que respeita aos indutores de custos, surgiu uma variável nova (variação do preço do indutor), cujo significado, no seu entendimento, não é claro, tendo ainda em conta que supostamente se trata de um custo e não de um preço.

Análise da ERSAR

A este respeito, note-se que o objetivo dos indutores é a diminuição do risco do operador, por compensar a variação de custos resultantes de uma alteração das quantidades. Assim, considera-se, que de um ponto de vista teórico, o montante global a compensar pode resultar não só das quantidades do indutor como da variação do valor unitário do mesmo (ou preço). Ainda que os indutores definidos para o presente período regulatório não tenham este racional, considera-se que o ficheiro deve estar habilitado a essa possibilidade.

Por fim, recorda-se que o ficheiro das contas previsionais continha (e contém) exatamente a mesma previsão, pelo que não poderá ser considerada uma inovação.

e) Repercussão dos ajustamentos na BAR

No que respeita ao cálculo da BAR, a EGF questiona o facto de os ajustamentos serem efetuados anualmente, já que a BAR a remunerar é o valor médio entre a BAR de início e a BAR de fim do período regulatório.

Análise da ERSAR

Tendo em conta a dificuldade prática de apuramento do valor médio da BAR quando o investimento previsto não se realize nos momentos esperados, a ERSAR considera que o ajustamento relativo à remuneração pode ser efetuado apenas no final do período regulatório, conforme proposta da EGF, tendo, nesse sentido, introduzido essa clarificação no Documento complementar, conforme apresentado abaixo no ponto 4, a propósito do artigo 5.º. Note-se, contudo, que, apesar de também ser parte do CAPEX, o ajustamento relativo às amortizações manter-se-á na base anual, sendo efetuado conjuntamente aos custos operacionais.

f) Esclarecimento sobre os termos utilizados no documento complementar

A DGAE considera que o termo «contas estatutárias» não se encontra definido, devendo por isso ser clarificado o que tais contas consideram, julgando ainda conveniente que se detalhe o que o reporte visa com os movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas reguladas, que constam do documento.

Análise da ERSAR

Relativamente às «contas estatutárias», este termo não se encontra perfeitamente definido no enquadramento jurídico português, sendo uma tradução literal do termo anglo-saxónico «statutory accounts» o qual pode ser melhor traduzido como «contas obrigatórias nos termos da lei». Este termo é, contudo, reconhecido pelas entidades reguladas e pelo regulador razão pela qual não foi incluída qualquer definição. Considera-se, contudo, bem-vinda a chamada de atenção da DGAE, tendo-se procedido a alterações do texto, introduzindo remissão para o Código das Sociedades Comerciais e legislação conexa.

Já quanto aos movimentos de reconciliação *per si*, uma vez esclarecido o conceito de contas estatutárias, cremos tornar-se evidente que o pretendido é conseguir validar as contas reguladas (as que dão origem aos proveitos permitidos) a partir das demonstrações financeiras que as empresas se encontram já obrigadas, por força da lei, a apresentar.

4. Apreciação dos comentários específicos sobre o projeto de Documento Complementar ao RTR para definição das contas reguladas reais

Foram apresentados comentários acerca das seguintes disposições:

a) N.º 3 do artigo 4.º (Conteúdo e modelo do reporte de contas reais e movimentos de reconciliação entre contas)

A EGF considera que este número deve ser eliminado por representar uma imposição de risco de erro do regulador no regulado.

Análise da ERSAR

Conforme também já indicado no âmbito do documento complementar das contas previsionais, o ficheiro *excel* disponibilizado pretende ser uma ferramenta que facilite o reporte, sendo,

contudo, um elemento supletivo do mesmo. Desta forma, considera-se que apesar dos esforços da ERSAR em produzir ficheiros sem erros, as eventuais falhas detetadas no âmbito do preenchimento não devem impedir o reporte.

Redação final

Sem alteração

b) N.º 1 do artigo 5.º (Ajustamentos aos proveitos permitidos prazo para reporte de contas)

A DGAE considera dever ser esclarecido tanto o termo «quantidades processadas», como o de «custos aceites», presentes no n.º 1, referindo ainda qual a legislação que define tais conceitos.

A DGAE considera ainda que deve ser esclarecido a que se refere o termo «variações de investimento» e face a quê é que se verificam as mesmas.

Análise da ERSAR

O RTR prevê a realização de ajustamentos aos proveitos permitidos quando as quantidades de resíduos indiferenciados recebidas (e processadas) sejam diferentes das que deram origem ao cálculo inicial dos proveitos permitidos. Assim, o termo refere-se às referidas quantidades.

Já quanto ao termo «custos aceites», o mesmo resulta do artigo 36.º do RTR o qual menciona «...o conjunto de **custos** que, **aceites** para efeitos de contas reguladas...».

Quanto às variações de investimento, os proveitos permitidos inicialmente definidos incorporam um determinado montante de investimento, o qual é aferido em cenário real. A variações medem o diferencial entre o previsto inicialmente e o efetivamente realizado.

Porque se trata de conceitos que se julga suficientemente explicitados no RTR, não se entende necessária clarificação adicional no presente documento complementar.

Redação final

Sem alteração.

c) N.º 2 do artigo 5.º (Ajustamentos aos proveitos permitidos prazo para reporte de contas)

Comentários apresentados:

A Águas de Portugal manifestou o entendimento de que os ajustamentos por eventuais mais-valias por alienação de ativos que não tenham sido incluídos na BAR de partida e cujo valor

líquido tenha sido deduzido ao saldo regulatório, não parecem fazer sentido, na medida em que não se deve misturar as contas das atividades não reguladas com as reguladas, quando elas foram desde o início separadas.

Por seu lado, a DECO expressou o entendimento de que tendo inicialmente o risco das atividades não reguladas sido suportado pelos consumidores, seria lógico que as mais-valias resultantes da alienação dos bens afetos a essas atividades revertam igualmente a favor dos consumidores, concordando com o mecanismo proposto pela ERSAR. Acrescentou ainda que, apesar de não ter sido essa a solução legal, teria sido preferível fazer estes acertos num único momento aquando da venda das ações da EGF e aprovação do novo regime da empresa.

No mesmo sentido a AEPSA manifestou concordância quanto à necessidade de ajustamentos à BAR pelas mais ou menos-valias dos bens alienados, sugerindo, no entanto, que tal acerto seja feito num momento único.

A DGAE chama a atenção para a incorreção do texto que menciona o «n.º 11 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2014», o qual é inexistente, tratando-se de uma gralha sendo na realidade o n.º 4 do artigo 11.º.

Por fim, a EGF considera que o conteúdo dos n.ºs 2 a 4 ultrapassa o âmbito do pretendido neste documento complementar. Sustenta que o legislador quis permitir a recuperação na tarifa regulada do abate de todos os bens que não integrariam a BAR, como forma de "compensar" as concessionárias pelo facto de as mesmas se verem legalmente impedidas de manter as atividades não reguladas findo o período inicial transitório de 3 anos (por força do n.º 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho). Considera que a reversão para a tarifa do valor da venda destes bens causaria às concessionárias um prejuízo adicional que, subvertendo manifestamente o equilíbrio tarifário, acabaria por causar uma alteração estrutural dos pressupostos económico-financeiros de cada uma das concessões., constituindo uma restrição à liberdade de gestão patrimonial das concessionárias.

A EGF alerta ainda que a redação proposta para o n.º 2 do artigo 5.º inclui não apenas os bens de atividades não reguladas como também os denominados "bens em fim de vida", sem prejuízo de o regulador ter reconhecido não ser essa a sua intenção.

Finalmente, critica o facto de este mecanismo prolongar no tempo os efeitos decorrentes do exercício de atividades não reguladas e faz notar que, a manter-se a proposta, deveriam ser consideradas não só as mais-valias como também as menos-valias (ex: custo de desmantelamento e transporte a destino final adequado), *"desde que constituam valores negativos "realizados"*.

Análise da ERSAR

Em sede de definição da Base de Ativos Regulados de partida a 1 de janeiro de 2016, foram deduzidos ao saldo regulatório, a que se refere o n.º 11 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, os valores líquidos contabilísticos (valor residual) dos bens das atividades não reguladas. Esta possibilidade, concedida pelo legislador, de as concessionárias recuperarem as quotas não amortizadas dos bens existentes afetos a atividades não reguladas pode justificar-se face à existência de uma obrigação de cessação das atividades não reguladas ao fim de 3 anos e no pressuposto de que os bens existentes afetos a essas atividades não reguladas corresponderiam a ativos com valor de mercado nulo após a cessação da atividade. Porém, tendo em conta que os bens destas atividades já foram integralmente pagos através das tarifas aplicadas aos utilizadores, julga-se de elementar justiça que as mais-valias que venham a ser criadas revertam, de igual forma, para a tarifa de forma a atenuar o valor total do *write-off* já efetuado. Não se considera, assim, que haja qualquer prejuízo para as concessionárias, na medida em que não é posta em causa a recuperação integral do valor residual dos bens.

Entende-se ainda não haver qualquer restrição à liberdade de gestão patrimonial das concessionárias, dado que a decisão de alienação dos ativos continua a pertencer-lhes.

Exatamente porque o funcionamento deste mecanismo depende da decisão e concretização da alienação dos bens das atividades não reguladas, o mesmo terá de se prolongar no tempo.

Importa notar que o Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, apenas impõe a cessação das atividades não reguladas e não necessariamente a alienação dos respetivos ativos, designadamente quando não seja possível assegurar a recuperação de eventuais custos de desmantelamento e transporte a destino final adequado através do valor de realização dos correspondentes ativos.

Dado o teor extraordinário e transitório deste mecanismo, foi acolhida a sugestão de autonomização das regras relativas a esta matéria, as quais foram retiradas do artigo 5.º do 2.º Documento Complementar, elaborando-se para o efeito um 3º Documento Complementar. Foi ainda clarificada a sua redação. Por uma questão de maior rigor conceptual, optou-se por considerar que o valor das mais-valias releva para efeitos de reposição do saldo regulatório (por ser uma anulação da dedução inicial) e não para efeitos de ajustamento das tarifas.

Atentas as questões colocadas relativamente ao funcionamento dos ajustamentos da BAR, acima referidos no ponto 3, foram aditados dois novos números ao artigo 5.º do 2.º Documento Complementar de forma a clarificar a reposição a efetuar na Base de Ativos Regulados.

Redação final

Artigo 5.º do 2.º Documento complementar - aditados:

- 2 O valor da BAR a remunerar em cada ano do período regulatório é ajustado, nos termos da primeira parte da alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Regulamento Tarifário, apenas no final do período regulatório, após o apuramento do valor da BAR respeitante a 31 de dezembro do último ano do período.*
- 3 O ajustamento a que se refere o número anterior é apurado em conjunto com os ajustamentos relativos ao último ano do período regulatório, sendo refletido nos proveitos permitidos dos três anos seguintes.*

3.º Documento complementar

Artigo único

- 1- Em caso de alienação pelas concessionárias de sistemas multimunicipais de resíduos urbanos abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, de bens pertencentes a atividades não reguladas que não integraram a BAR de partida a 1 de janeiro de 2016 e cujo valor líquido contabilístico já foi deduzido ao saldo regulatório a que se referem os n.ºs 4 a 7 do artigo 11.º daquele diploma, o valor da mais valia obtida na alienação desses bens é reposto no saldo regulatório.*

- 2- *Para efeitos de apuramento da mais-valia a que se refere o número anterior, é elaborado um relatório de avaliação dos bens da atividade não regulada por parte de uma entidade especializada independente.*
- 3- *A alienação dos bens pertencentes a atividades não reguladas é comunicada à entidade reguladora, conjuntamente com o relatório a que se refere o número anterior, no prazo de 10 dias úteis após a sua realização.*
- 4- *O novo valor do saldo regulatório pode ser utilizado no âmbito da definição de tarifas do período regulatório seguinte ou do ajustamento anual imediatamente subsequente, consoante o caso, desde que reunidos os requisitos previstos nos n.ºs 4 a 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 15 de junho.*

d) Anexo I (Modelo de reporte de informação para efeitos da apresentação das contas reais e movimentos de reconciliação entre contas estatutárias e contas)

Comentários apresentados:

A DGAE identificou um conjunto de lapsos nos mapas em apreço, nomeadamente a falta de preenchimento da coluna «Tabela» nas páginas 11, 13 a 17, 20 a 23 e 25 a 30.

A DGAE considera ainda não estar claro o que é pretendido no preenchimento das colunas «Outros movimentos de reconciliação».

A EGF questionou sobre as tipologias de reporte de quantidades resíduos tendo em conta o impacto nos indutores.

Análise da ERSAR

Relativamente às causas para eventuais diferenças entre as contas estatutárias e as contas reguladas, a ERSAR identificou apenas as «atividades não-reguladas». No entanto, acreditando poderem existir outras razões, considerou apropriado a criação de campos para que tais diferenças fossem registadas. Assim, denominou-se de «Outros movimentos de reconciliação». De forma a esclarecer, é introduzida uma nota de preenchimento relativa à tabela 1.C - Demonstrações de resultados.

Quanto aos lapsos, os mesmos foram, entretanto, corrigidos.

Já quanto à explicação de quais os quantitativos considerados para o apuramento dos indutores, esclarece-se que, relativamente:

- ao **aterro**, são consideradas as quantidades entradas diretamente;
- ao **TMB**, são consideradas as quantidades processadas nas instalações;
- à **central de incineração**, são consideradas as quantidades processadas.

Redação final

Correção dos lapsos e introdução de nova nota de preenchimento.

e) Correção de fórmulas e apresentação do ficheiro *excel* representativo do Anexo I

Comentários apresentados:

A EGF apresentou um conjunto de sugestões específicas, pelo que, por simplificação, seguimos a mesma numeração na nossa análise aos comentários.

a) Dados das Entidades Gestoras

- Necessidade de duplicação do trabalho de reporte de dados, uma vez que os dados previsionais já se encontram na posse do regulador;
- Elaboração de ligações automáticas entre a folha 1.E e as folhas 1.B e 1.C;
- Elaboração de ligações automáticas entre a folha 2.C-BAR e a folha 15-Subsídios;
- Elaboração de ligações automáticas entre a folha 1.D e as folhas 7, 9 e 10;
- Vidas úteis já preenchidas no ficheiro.

b) BAR

A EGF chama a atenção para o que crê ser uma mudança de metodologia de cálculo, uma vez que a BAR a remunerar é a média do triénio e os ajustamentos são anuais, sugerindo que excepcionalmente, neste primeiro período regulatório, o ajustamento fosse apurado apenas no final do período, havendo assim tempo para alterar o RTR.

c) Indutores

A EGF chamou a atenção para o facto de o modelo proposto apenas contemplar um indutor quando foram definidos dois para cada entidade gestora.

d) Atividades complementares

A EGF reportou a existência de fórmulas referentes às atividades complementares que continham sinal contrário ao desejado, bem como a ligação a valores reais e não aos previsionais aprovados.

e) Receitas adicionais

A EGF reportou a existência de fórmulas referentes às receitas adicionais que continham sinal contrário ao desejado, bem como a ligação a valores reais e não aos previsionais aprovados.

f) Quantidades tarifadas

A EGF considera que a forma como o ficheiro está preparado não permite o correto apuramento dos ajustamentos aos proveitos permitidos, devendo ainda ser tido em atenção as quantidades reais para efeitos do apuramento e não as quantidades previsionais.

A EGF considerou, ainda, não dever existir ajustamento à utilização do saldo regulatório, devendo a mesma ser considerada como real, uma vez atribuída em sede de definição de proveitos permitidos.

g) Custos regulatórios

Foram ainda apresentadas algumas questões que se prendem com a exigência regulatória relativamente à informação solicitada, nomeadamente:

- A EGF considera que, sendo a entidade gestora livre para melhor gerir o OPEX sem olhar a rubricas contabilísticas específicas, não deve o Regulador solicitar informação desagregada;
- A EGF contesta a necessidade de um balanço regulado e um balanço não-regulado;
- A EGF considera que a informação solicitada pela ERSAR quanto a clientes e imparidades é efetuada de forma muito desagregada e desnecessária, uma vez que alguns dos valores não são aceites para as contas reguladas;
- A EGF refere a ausência de fórmulas no mapa de subsídios.

h) Subsídios

A EGF refere a ausência de fórmulas no mapa de subsídios.

Análise da ERSAR

a) Dados das Entidades Gestoras

- Relativamente ao preenchimento de dados eventualmente já disponíveis, a ERSAR optou por manter um *layout* semelhante ao atualmente utilizado nas demonstrações financeiras legalmente obrigatórias, o qual apresenta igualmente dados de anos anteriores para efeitos de comparação. Assim, a ERSAR mantém esta disposição.
- Pretende-se que a folha 1.E - Contas estatutárias seja preenchida manualmente de forma a mitigar erros, dado que possui uma coluna de controlo que faz a validação entre o preenchido nesta folha e as restantes. Desta forma manteve-se o formato original.
- A folha de subsídios é preenchida automaticamente (nos campos possíveis) ao preencher a coluna referente a «n.º inventário», sendo de preenchimento manual nas restantes.
- Foram introduzidas ligações relativas à imputação do custo da estrutura e às receitas adicionais.
- Relativamente às vidas úteis, e embora o ficheiro possa ser disponibilizado já com os campos devidamente preenchidos, recorda-se que o documento complementar a aprovar deve manter em aberto as possibilidades.

b) BAR

Quanto a este tema veja-se a resposta na alínea e) do ponto 3.

c) Indutores

Relativamente ao ponto levantado pela EGF, o ficheiro foi, entretanto, corrigido, passando a conter indicação dos três indutores definidos, devendo cada entidade preencher os que lhe forem aplicáveis.

d) Atividades complementares

As fórmulas foram corrigidas em conformidade.

e) Receitas adicionais

As fórmulas foram corrigidas em conformidade.

f) Quantidades tarifadas

O intuito original do ficheiro era o de apenas permitir o reporte da informação real e não o de apurar o ajustamento. Tendo em conta os comentários efetuados, efetuaram-se algumas alterações ao ficheiro para que correspondesse a essa expectativa.

Relativamente ao saldo regulatório, a ERSAR acolhe o argumento da EGF, tendo eliminado a parte final do quadro correspondente.

g) Custos regulatórios

- Embora cada entidade gestora seja livre para alocar os custos operacionais, uma vez definido o montante global no âmbito da definição dos proveitos permitidos, tal não implica que não seja efetuado um acompanhamento do real funcionamento das entidades. Aliás, o nível de reporte solicitado é o mesmo que deu origem aos proveitos permitidos do presente período regulatório e que se pedirá para os futuros, não se justificando, também por isso, a tentativa de inviabilização da necessidade de tal detalhe. Simplificou-se, contudo, o preenchimento tendo colocado todas as linhas de subtotal no início dos mapas.
- Compreendendo a eventual dificuldade do exercício, note-se que a ideia é, tal como na demonstração de resultados, partir do balanço estatutário e verificar o valor afeto às atividades concessionadas e por conseguinte reguladas. Assim, mantiveram-se as desagregações para todas as rubricas consideradas possíveis.
- Tendo em conta a preocupação levantada pela EGF, a informação de clientes passa a ser solicitada apenas por Subtotais (clientes municipais vs. outros clientes). Note-se, contudo que, tal como anteriormente identificado, pretende-se a reconciliação dos dados estatutários com os regulatórios, pelo que os dados são necessários.

h) Subsídios

Atendendo à preocupação da EGF, o funcionamento da folha de subsídios foi revisto, sendo preenchida automaticamente (nos campos possíveis) ao preencher a coluna referente a «n.º inventário».

f) **Anexo II (Modelo de relatório de conclusões factuais sobre as contas reguladas e os movimentos de reconciliação face às contas estatutárias)**

Comentários apresentados:

A EGF considera intrusiva na gestão interna de cada entidade gestora a existência de um modelo de relatório de auditoria.

Análise da ERSAR

A necessidade de um modelo prende-se com a uniformização de procedimentos que se espera traduzir numa celeridade de leitura e compreensão de todos os intervenientes. Desta forma, reitera-se a necessidade do modelo de relatório.

Redação final

Sem alteração.

4 Conclusões

Relativamente ao projeto de Documento Complementar submetido a audição do Conselho Tarifário e a consulta pública, e na sequência da análise e ponderação dos comentários apresentados foram introduzidas as alterações consideradas pertinentes para uma melhor clarificação, preenchimento e funcionamento do modelo de reporte de contas reais. Dando acolhimento a uma proposta apresentada pelo Conselho Tarifário, procedeu-se ao desdobramento do projeto apresentado em dois documentos complementares, de forma a tratar a questão transitória do tratamento das mais-valias decorrentes da venda de bens de atividades não reguladas e cujo abate já foi deduzido ao saldo regulatório. Apresenta-se em baixo um resumo das disposições que foram objeto de comentários e sugestões e a resposta que mereceram por parte da ERSAR:

Norma objeto de comentários/sugestões	Decisão ERSAR
Definição do termo «contas estatutárias»	Aditado um novo n.º 2 ao artigo 1.º.
N.º 3 do artigo 4.º	Sem alteração
N.º 1 do artigo 5.º	Sem alteração
N.º 2 do artigo 5.º	Autonomizado num novo documento complementar Aditados um novo n.º 2 e um n.º 3 para clarificar a questão dos ajustamentos à BAR

Norma objeto de comentários/sugestões	Decisão ERSAR
Anexo II	Sem alteração
Correções de fórmulas diversas	Correção efetuada sempre que possível